

O PAPEL DA IGREJA NAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

ALGUMAS UNIVERSALIZAÇÕES A PARTIR DA ACÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM PORTUGAL (1974-1975)

Luís Salgado de Matos*

Portugal começou a terceira vaga da democratização em 1974-1975, ensinou Samuel Huntington¹. Sem a Igreja Católica, adiante designada por Igreja, o Partido Socialista não teria «centenas de milhares de pessoas mobilizadas nas ruas», no «Verão Quente» de 1975, ensinou Mário Soares². Milhares de pessoas que permitiram ao Partido Socialista defender a democracia.

Será assim? Ou a influência da religião na política será apenas uma ilusão? Começaremos por equacionar esta questão. Veremos depois o modo como se processou a influência da religião e da Igreja Católica, tomada como indicador de religião, na revolução portuguesa de 1974-1975 e extrairemos dela um modelo de acção da Igreja na organização política, acção sempre respeitadora da separação entre as instituições estatal e eclesial. Por fim, e a partir desse modelo, faremos sugestões de acção futura e universal.

Partimos do princípio que a religião influencia a forma da organização política. Mas nada garante que assim seja. As teorias gerais da organização política pressupõem em geral a influência da religião. Quando Karl Marx, seguindo Voltaire, a qualifica de «ópio do povo», está a reconhecer-lhe influência – só que negativa³. Todos conhecemos as teses de Max Weber sobre o puritanismo e o espírito do capitalismo ou, mais em abstracto, as suas obras de sociologia geral colocando a religião no cerne das diferentes civilizações⁴. Mas estas teses são megateorias, insusceptíveis de verificação empírica. São legítimas e desejáveis mas são insuficientes. A tese da influência da religião tem de ser demonstrada, sem o que corremos o risco de produzirmos um discurso pré-crítico. É o que passaremos a tentar fazer.

BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Em *The Third Wave* (1991), Samuel Huntington segue uma abordagem empírica e sensata. Tentemos também uma demonstração empírica, susceptível de falsificação. Para tanto, além de tratarmos da variável, cuidaremos dos seus indicadores.

A VARIÁVEL RELIGIÃO

Uma forma de demonstrar a influência da religião na política seria contrastarmos o comportamento da organização política dos países religiosos com o dos não-religiosos. Se as formas de Estado e os tipos de organização política de uns e de outros fossem insensíveis a esta diferença, deveríamos concluir que a religião não influenciava a política; ou, o que não é sinónimo, que influenciava tanto como a ausência de religião.

É porém difícil sociografar a diferença entre a religião e a não-religião. Com efeito, do ponto de vista estatístico, só nos últimos anos começaram a emergir países com proporções significativas de pessoas que não se dizem religiosas; mesmo nestes, não há séries históricas; a terminologia dos recenseamentos da população, a principal fonte de dados, está longe da estabilização e nem sempre é possível saber a que correspondem na substância as diferentes designações que se distanciam da religião maioritária: nenhuma religião; agnóstico, ateu, não filiado, não especificado (o «não especificado» é mais difícil de interpretar quando existe uma categoria residual de religiões, do tipo «outras»); acresce que estas categorias residuais são retrabalhadas pelas fontes, o que as transforma num enigma; por fim, a maior parte das ocorrências de valores de não-religião é minoritária e por isso não podemos pressupor que essas situações influenciam de modo positivo a organização política: *The CIA World Factbook* dá 12 por cento sem religião e 2,4 por cento de ateus em 2004. Por outro lado, é difícil interpretar o sentido social da ausência de religião. A ausência de religião era tida desde Durkheim como um factor de «anomia» e por isso era pouco valorizada e portanto pouco interpretada⁵.

Como é impossível, ao menos por enquanto, medir o impacto global da religião sobre a política, vamos dar uma solução indirecta ao problema de saber se a religião influencia a política: dado que há várias religiões, mediremos o efeito de cada uma delas sobre a política. Se o efeito for igual, a religião não tem efeito – ou toda a religião tem o mesmo efeito, o que à primeira vista não parece provável; se o efeito for desigual a religião tem efeito sobre a política.

Supõe-se que só a religião maioritária exerce influência sobre a organização política e a forma do Estado; religiões minoritárias podem ter influência mas será mais difícil medi-la.

O INDICADOR DA RELIGIÃO

Aqui chegados, temos que perguntar: como medir a religião? A religião significa a relação do homem com uma entidade transcendente e os comportamentos sociais atinentes a essa relação. Mediremos apenas os comportamentos. Mas esses comportamentos são muito numerosos. Teremos em conta apenas um deles: o indivíduo declara-se membro de uma religião, ou declarou-se no passado e não mudou de posição no momento da recolha de informações. Essa declaração pode ser feita a um órgão da Igreja ou do Estado. Este critério dispensa a consideração da realidade Igreja. Igreja é a instituição que afirma

ter a religião como objecto da sua actividade social. Um religioso individualista – que não integra a Igreja que invoca – será contabilizado como pertencendo à religião que invoca. O Estado, nos recenseamentos da população, e as igrejas – em particular a católica, a partir do número de baptizados –, fornecem dados deste tipo.

A população autodeclarada religiosa é a categoria que mais se aproxima da *ordem simbólica*. Ora, esta *ordem* prevalece sobre a Igreja, a instituição triangular que lhe corresponde, e influencia a organização política pois os símbolos dão a identidade e esta forma as mentalidades. As outras duas *ordens* são a da segurança e a da reprodução; as *ordens* são formas primárias de divisão da organização social; as outras duas instituições triangulares são as Forças Armadas e o Estado⁶.

A POPULAÇÃO AUTODECLARADA RELIGIOSA
É A CATEGORIA QUE MAIS SE APROXIMA
DA *ORDEM* SIMBÓLICA.

Aferiremos os indicadores de religiosidade sobre duas manifestações políticas sintéticas: o grau de liberdade e os golpes militares.

EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE O GRAU DE LIBERDADE

Começamos por examinar a correlação entre a liberdade e a religião para o conjunto de países do nosso universo que quase coincide com os membros das Nações Unidas. A religião cristã favorece a liberdade e a muçulmana desfavorece-a. A correlação, porém, não é muito forte, nem num caso nem noutro, embora não seja aleatória.

O indicador da variável «liberdade» foi escolhido entre os fornecidos pela Freedom House, pois, sendo de qualidade aceitável, é o mais difundido; foi escolhido o indicador «direitos políticos» pois, além de outras vantagens, tem uma correspondência quantitativa que permite a correlação com a religião; o (zero) é o máximo de direitos. O indicador da variável «religião» foi a estatística de «The Arda», a qual em regra coincide com a religião autodeclarada. O coeficiente de correlação é -0,55 para o cristianismo e 0,54 para o islão. O negativo significa uma correlação substancialmente positiva pois o zero significa mais liberdade.

As categorias da variável explicativa são, porém, demasiado vastas pois incluem países nos quais ambas aquelas religiões são minoritárias, não sendo por isso razoável supor que influenciam as respectivas organizações políticas. Isolemos então os países nos quais cada uma das religiões é maioritária.

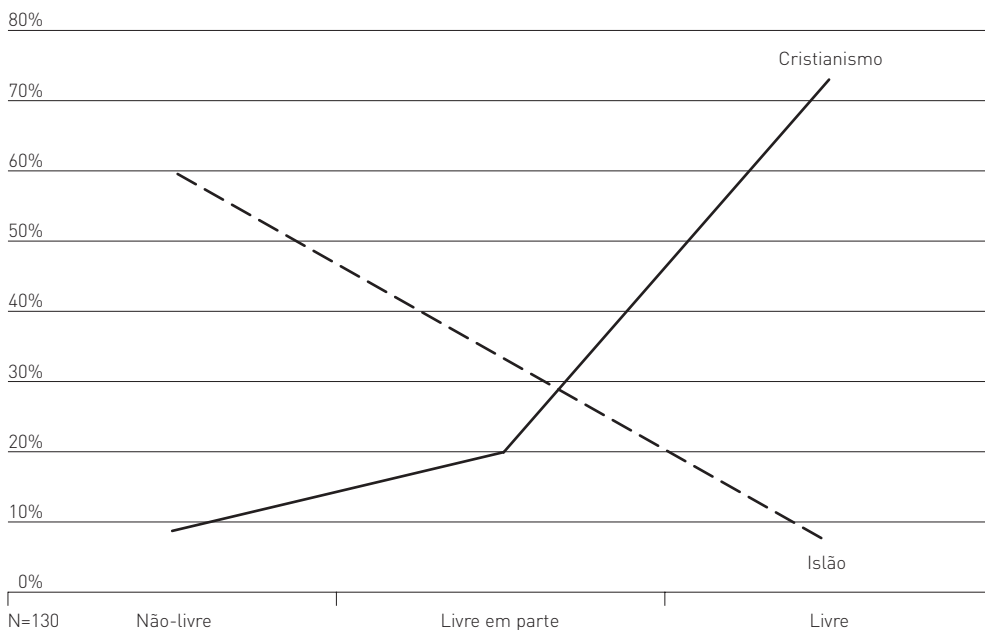
Considerámos uma religião maioritária se era partilhada pelo menos por 40 por cento da população, não tendo a outra mais do que cinco por cento. A maioria absoluta não é exigível pois 40 por cento permitem obter os mesmos efeitos, desde que as outras religiões tenham uma proporção inferior a 10 por cento. Considerámos cinco por cento o valor a partir do qual uma minoria religiosa não pode ser ignorada. No relativo à cláusula da religião minoritária, temos de ter em conta não só o cristianismo, nos países de maioria islâmica, e o islamismo, nos países de maioria cristã, mas também

outras religiões; retivemos o hinduísmo e o budismo como outras religiões a ter em conta.

No nosso universo há, pois, 100 países nos quais o cristianismo é maioritário e 30 em que esse papel é desempenhado pelo islão. As listas desses países constam do anexo. A distribuição dos graus de liberdade pelas duas religiões é mais discriminatória do que ao usarmos as variáveis discretas da pertença religiosa e dos «direitos políticos». Com efeito, se deixarmos de lado a categoria «livre em parte», pois sendo intermédia é menos discriminatória, verificamos diferenças substanciais entre as duas religiões: apenas dois países islâmicos são livres, o Mali e o Senegal – e nenhum deles é árabe, como o leitor logo terá observado. Apenas oito por cento dos países cristãos não são livres; são africanos, com excepção da Bielorrússia e do Haiti. As listas destes países constam do anexo. O gráfico 1 visualiza a situação que acabamos de resumir.

É evidente a correlação positiva entre cristianismo e liberdade, para a qual, aliás, Huntington já chamara a atenção, e a correlação negativa entre islão e liberdade.

Gráfico 1 > Religião e política: cristianismo e islamismo maioritários face ao grau de liberdade das organizações políticas



Fonte: Base de dados do autor. A base de dados inclui todos os membros da ONU e a Formosa (194 organizações políticas).

Notas: *Religião* – segundo *The Arda*; religião maioritária: mais de 40 por cento; minoritária: menos de cinco por cento (Arábia Saudita: 5,1 por cento; Senegal: seis por cento; Tajiquistão: 5,2 por cento; Quirguizistão: 6,5 por cento); *Grau de liberdade* – Freedom House. Das 194 organizações políticas na base de dados, 64 não preenchem uma das duas condições de participação no universo: o cristianismo ou o islão terem mais de 40 por cento; um deles ter menos de cinco por cento da população. Ficam assim de fora organizações políticas nas quais nem o cristianismo nem o islão são maioritários ou algum deles tem mais de cinco por cento quando o outro tem mais de 40 por cento.

Pode acontecer, porém, que essa diferença decorra de variáveis ocultas. Entre essas variáveis ocultas avulta a riqueza individual, pois é sabido que a liberdade e a riqueza individual vão de par. Vamos pois isolar a variável riqueza individual; usaremos como indicador o PIB por habitante em paridade do poder de compra. Assim, para países pertencendo ao mesmo escalão de rendimento individual, averiguaremos como varia a liberdade política em função das duas religiões.

Quando procedemos assim, vemos que se acentua a correlação entre cristianismo e liberdade política. É um resultado inesperado pois os países muçulmanos são em média mais pobres do que os cristãos e podíamos imputar a ausência de liberdade, de que sofrem, à falta de riqueza individual.

É certo que o grau de riqueza individual está correlacionado positivamente com a liberdade. Mas, para as mesmas categorias de rendimento, as duas religiões agem sobre a liberdade política de modo oposto: o cristianismo favorece a liberdade política e o islão desfavorece-a. Com efeito, nenhum país islâmico e rico é livre e só um, o Barém, é em parte livre; todos os outros são não-livres. Em contrapartida, todos os países ricos de maioria cristã são livres, excepto a Guiné Equatorial que é não-livre.

A maioria dos países cristãos e pobres é também livre ou livre em parte; são cristãos pobres e não-livres Angola, Bielorrússia, Congo (República do, capital Brazzaville), Cuba, Haiti, Suazilândia e Zimbabwe. Não comentamos o efeito destas duas religiões

no «livre em parte», que é uma categoria intermédia e por isso pouco discriminatória. Do ponto de vista da liberdade política, vemos uma simetria quase perfeita entre o cristianismo e o islão; as imperfeições são provenientes da diferente distribuição dos

O CRISTIANISMO TEM MAIS RICOS DO QUE INTERMÉDIOS E TEM POCOS POBRES;
O ISLÃO TEM MENOS RICOS DO QUE INTERMÉDIOS E TEM MAIS POBRES.

países pelos escalões de rendimento individual quando temos em conta as duas religiões: o cristianismo tem mais ricos do que intermédios e tem poucos pobres; o islão tem menos ricos do que intermédios e tem mais pobres. O gráfico 2 (p. 38) salienta esta situação, tendo em conta os países livres e não-livres.

Até agora analisámos apenas o cristianismo e o islão, mais que não fosse por serem as duas religiões com maior número de crentes. Devemos porém mencionar o hinduísmo e o budismo, que são a terceira e a quarta religiões, sempre segundo o número de crentes.

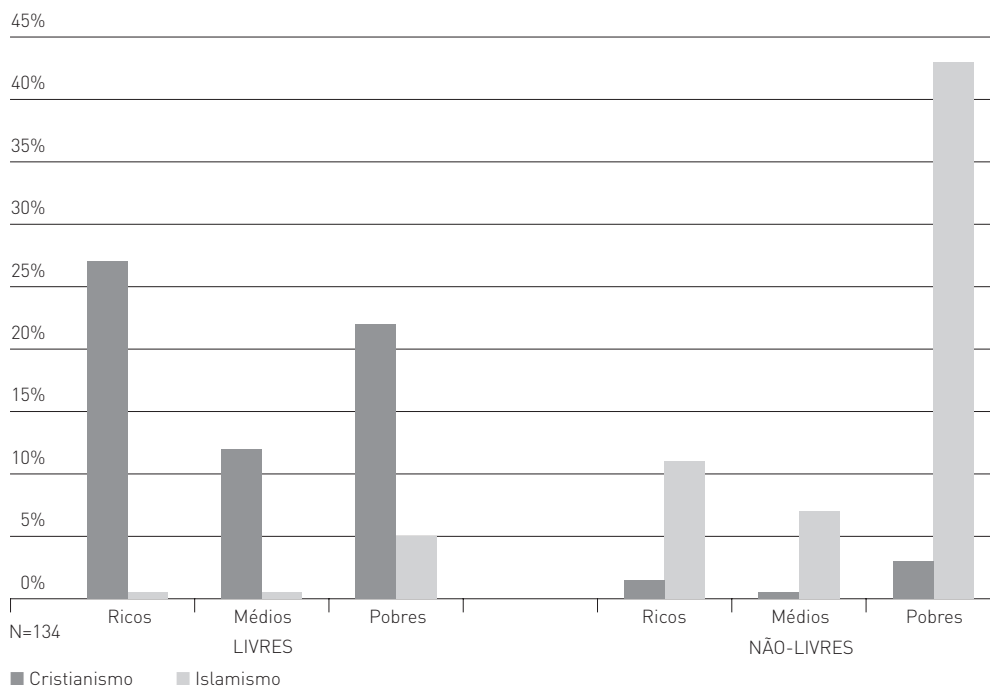
Continuaremos a abordagem quantitativa da influência do fenómeno religioso na política; são frequentes as abordagens qualitativas tanto do hinduísmo – pelo contraste entre o Paquistão islâmico e autocrático com a Índia hindu e democrática – como do budismo, embora no caso deste último a relação seja mais indirecta: nos anos de 1990, foi lançado por dirigentes de Singapura e da Malásia o discurso dos «valores asiáticos» que defendia ser a colectividade um valor que na Ásia se concretizava num executivo estatal forte e se sobrepunha ao individualismo, considerado como perigoso, enquanto

na Europa o individualismo prevaleceria; esta diferença era atribuída ao confucionismo, mas o budismo é tocado por esta teoria, mais que não seja por contaminação proveniente da vizinhança. Estas abordagens qualitativas, aliás antigas, são necessárias e insuficientes.

A abordagem quantitativa do hinduísmo e do budismo conhece dificuldades mais graves do que as já difíceis estatísticas da religião: incluem a China, que parece continuar oficialmente ateia; o *World Factbook* da CIA, por exemplo, não tem dados sobre o budismo na China; o fenómeno da dupla religião é generalizado (budismo e religião tradicional local, como o xintoísmo no Japão e o taoísmo na China), o que contraria um pressuposto da presente investigação: cada cidadão tem apenas uma religião; é reduzido o número de países nos quais essas duas religiões são maioritárias.

Começemos pelo hinduísmo. Maioritário em apenas dois países, a Índia e o Nepal, tem também a maioria relativa na Maurícia mas não satisfaz os nossos requisitos, pois tanto o cristianismo como o islão ultrapassam os 10 por cento. O Nepal tem 11 por

Gráfico 2 > Graus de liberdade política consoante duas religiões maioritárias para idêntico PIB por habitante em PPC



Fonte: Base de dados do autor, a seguir discriminada.

Notas: *Religião* – segundo «The Arda», em geral; religião maioritária: mais de 40 por cento; minoritária: menos de cinco por cento; para o Islão, a cláusula-barreira dos cinco por cento excluiria todos os países ricos e, como nos interessava ter no nosso universo países ricos e muçulmanos, considerámos uma religião minoritária até 10 por cento; o Bangladesh tem uma forte minoria hinduísta, superior a estes 10 por cento, mas incluímo-lo por que ele se instituiu para ser islâmico; *Grau de liberdade* – Freedom House; *Riqueza* – Produto Interno Bruto em paridade do poder de compra (ppc), em dólares, constante do *The CIA World Factbook*, 2006; pobre: abaixo dos 10 mil dólares ppc; intermédio: entre 10 mil e 20 mil dólares ppc; rico: acima de 20 mil dólares ppc.

cento de budistas mas retivemo-lo, pois um ponto percentual é pouco e para mais é o único país oficialmente hindu. A Índia é livre, o Nepal é livre em parte; ambos são pobres, o que desfavorece a liberdade política, como sabemos. Inclínamo-nos para que o hinduísmo favoreça a liberdade política; embora seja pequeno o contingente de países, é grande a sua população.

O budismo é maioritário, no sentido que damos ao conceito, em apenas quatro países: Camboja, Japão, Laos e Mongólia; neste último, há uma percentagem de sem religião superior a 10 por cento mas, pelos motivos acima aduzidos, não o excluimos; no Japão, a maioria budista é também xintoísta, como referimos, e que apesar disso mantivemos. Há mais seis países nos quais o budismo tem a maioria absoluta mas que não satisfazem as nossas condições pois em todos eles uma ou mais religiões ultrapassam a cláusula-barreira dos cinco por cento; são eles: Butão (hinduísmo); Birmânia (Myanmar), Formosa e Sri Lanka (cristianismo); Tailândia e de novo Sri Lanka (islão); em Singapura, tem a maioria relativa.

Daqueles quatro países budistas, dois são livres – o Japão e a Mongólia – e os outros dois são não-livres. Os dois livres foram ocupados e em certa medida modelados por uma grande potência que talvez não seja alheia à situação presente. Os dois não-livres são pobres, o que não permite fazer a contraprova em relação à variável económica, pois a pobreza opõe-se à liberdade, mas um dos livres é rico e o outro pobre – o que sugere alguma autonomia da variável religiosa. Se incluirmos os países de maioria budista, ainda que tenham fortes minorias de outras religiões, temos também um panorama misto: cinco são livres: Japão, Mongólia, Singapura, Formosa (Taiwan), Tailândia; um, o Sri Lanka, é livre em parte; e quatro são não-livres: Butão, Birmânia (Myanmar), Camboja, Laos. Entre os livres estão três organizações políticas influenciadas pelo estrangeiro – a Formosa, além do Japão e da Mongólia – o que desvaloriza o budismo como factor autónomo de liberdades. A Tailândia é livre mas tem conhecido numerosos golpes militares. Os não-livres são todos pobres e foram duradouras ditaduras comunistas. Parece pois que o budismo não gera a liberdade política, embora possa viver com ela. Mas o assunto requereria mais estudo estatístico.

EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE OS GOLPES MILITARES

Examinemos a relação entre a religião e a ocorrência de golpes militares. Limitar-nos-emos às duas religiões com mais seguidores, pois a frequência das restantes é demasiado reduzida para permitir este tipo de abordagem.

Consideremos os 63 países em que não houve golpe militar; nestas organizações políticas, a média aritmética da população cristã é de 54 por cento do total; a da população islâmica é de 27 por cento. A propensão para o golpe relativa às populações islâmicas é por isso o dobro das cristãs. É uma diferença substancial e que exclui o acaso.

Analisemos agora os 66 países nos quais não houve golpe militar. Nestas organizações políticas, a média aritmética da população cristã é de 30 por cento; a da população islâmica

é de 10 por cento. A propensão para a ausência de golpe relativa às populações islâmicas é por isso o dobro das cristãs. É também uma diferença substancial e que exclui o acaso. Nestas contas, incluímos organizações políticas sem termos em conta se uma dada religião é maioritária ou não. Quando apenas consideramos as religiões maioritárias, como fizemos na secção anterior, a diferença também é forte, embora tenhamos que a medir de outro modo, dadas as restrições quantitativas às religiões minoritárias. Nos 100 países de maioria cristã, não houve golpes em 42. Nos 30 países de maioria muçulmana, não houve golpe em sete. Assim, a propensão para o golpe militar destas últimas é quase o dobro das primeiras.

A causalidade dos golpes militares é complexa e não devemos tentar reduzi-la a um único factor – à religião, no caso⁷. Procuremos, porém, reforçar a pertinência da análise; a exemplo do método aplicado na secção anterior, veremos de seguida a variação da propensão para o golpe com alguma homogeneidade de condições sociais.

Se fizermos as contas só para o continente africano, estamos a isolar as variáveis económico-sociais, ainda que de modo indirecto e impreciso. Quando o fazemos, obtemos resultados idênticos na substância mas acentuando que os países de maioria cristã são mais imunes a golpes militares. A média aritmética da população cristã nos 10 países de África em que não houve golpe militar é de 59,5 por cento e é de 43,4 por cento naqueles em que houve.

Os breves exames realizados na presente secção mostram que a religião é um factor da liberdade política e da ocorrência de golpes militares.

Podemos assim dar por demonstrada a afirmação que a religião influencia a organização política.

O MODELO PORTUGUÊS DE DEMOCRATIZAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1974-1975

A Igreja Católica contribuiu para a instauração da democracia representativa em Portugal durante a revolução de 1974-1975⁸.

Estamos habituados a pensar que a Igreja Católica se opõe às liberdades públicas desde 1789 e defende o «Antigo Regime» contra as revoluções democráticas. Assim teria sido em Portugal em 1829, em 1834, no 5 de Outubro. Admitamos pois, a benefício de

ESTAMOS HABITUADOS A PENSAR QUE A IGREJA CATÓLICA SE OPÕE ÀS LIBERDADES PÚBLICAS DESDE 1789 E DEFENDE O «ANTIGO REGIME» CONTRA AS REVOLUÇÕES DEMOCRÁTICAS.

inventário, que foi assim – embora não seja esta a sede adequada para debater uma tese tão pesada. Teria sido no passado, mas já no presente é o oposto: os católicos defendem as democracias representativas. Huntington afirma também que hoje não é

assim e sugere uma causa: a Igreja Católica mudou a sua doutrina no Concílio do Vaticano II. Mudou. Mas quem poderia demonstrar que tal explicação é suficiente?

Os dados estatísticos actuais sugerem que a religião católica favorece a liberdade política. Estratificaremos esses dados por graus de riqueza individual. Assim, nos países

ricos, a proporção entre os livres e os não-livres é mais favorável nos de maioria católica do que naqueles em que os católicos estão em minoria: há 14 livres por um não-livre e 19 por um, respectivamente; nos intermédios, a vantagem dos de maioria católica é maior: 10 livres por um em parte livre e oito por três; nos pobres, os países de maioria católica estão em vantagem ainda maior: 18 por cinco e 15 por 26.

Procuraremos de seguida caracterizar a situação portuguesa, na qual interveio a Igreja. Começemos por três traços gerais, relativos à posição da Igreja na organização política:

1. *O catolicismo é largamente maioritário e nenhuma Igreja tem condições de lhe fazer concorrência efectiva.* Quando ocorreu a Revolução, em 1974-1975, o catolicismo autodeclarado rondava os 90 por cento. O Censo Demográfico de 1970 declarava que havia 94,85 por cento de católicos. A prática dominical era elevada. Mais de quatro quintos dos casamentos eram católicos. O baptismo abrangia quase todos os recém-nascidos: em 1972, nasceram 172 mil crianças e, segundo o *Anuario Pontificio*, houve 165 mil baptismos.

2. *A Igreja Católica é bem organizada.*

A Igreja Católica – de que agora trataremos pela primeira vez – estava organizada em 20 dioceses, que dirigiam cerca de 4300 paróquias; havia 1,2 padres por paróquia mas em 1977 estavam sem pároco cerca de 40 por cento das paróquias, em geral pequenas. Em 1977, ia à missa ao domingo menos de 29 por cento da população. Havia uns 1700 habitantes por sacerdote. As principais ordens e institutos religiosos estavam presentes em Portugal. A Igreja dirigia uma vasta rede de semanários locais e paroquiais; cada diocese tinha o seu jornal, semanário e, por vezes, diário; no plano nacional, era sobretudo relevante a Rádio Renascença que então começava a afirmar-se. Não havia, porém, sindicatos, cooperativas ou bancos católicos e a escola católica não era forte, pois o Estado Novo não a subsidiara. Em 1974-1975, a Igreja Católica em Portugal está a aplicar o Concílio do Vaticano II; tal como noutros países europeus, há uma certa hemorragia de sacerdotes e freiras e um declínio da prática religiosa, mas a estrutura não é afectada. O Santuário de Fátima continuava a ser um pólo irradiador⁹.

3. *A elite é atea, ou descrente, e o povo crente.*

Talvez devêssemos dizer que em Portugal a massa é católica e a elite maçónica. As sondagens e os censos davam uns três por cento de ateus e uns seis por cento de indiferentes ou agnósticos. Uma boa parte deles pertencia à elite. Muitos deles pertenciam a uma maçonaria, sendo a mais antiga e numerosa designada por Grémio Lusitano, paralela ao Grande Oriente de França. A Maçonaria tinha sobrevivido ao Estado Novo, embora debilitada; no final daquele regime, o Grémio Lusitano encetara um programa de renovação, lançando os «pentágonos»¹⁰.

Anotemos que, como sabemos desde G. Almond e S. Verba, são frequentes as culturas políticas nas quais uma pequena minoria culta – e descrente – se contrapõe ao povo¹¹.

4. A Igreja estava protegida por uma *Concordata* assinada entre Portugal e a Santa Sé, em 1940, na sequência de *modus vivendi* estabelecido pela I República, a seguir à I Guerra Mundial. Caracterizemos de seguida as linhas gerais do *modus faciendi* eclesiástico após a queda do Estado Novo.

- a) A Igreja queria a democracia representativa e logo nas primeiras horas deu uma aprovação de princípio à nova forma de Estado; nem a Santa Sé nem a Igreja em Portugal foram surpreendidas pelo golpe do 25 de Abril, embora seja desconhecido em pormenor o que a Igreja sabia desse golpe.
- b) Nem os bispos nem os sacerdotes ou os leigos mais influentes procuraram instituir um partido ou um sindicato católico.
- c) Houve dois partidos com a referência democrata-cristã: o Centro Democrático-Social (CDS), aceite e talvez incentivado pelo MFA, e o Partido Democrata-Cristão, que foi proibido pelos militares de participar no processo político.
- d) Não houve nenhum sindicato católico, mas a central sindical única reconheceu informalmente uma corrente sindical católica.
- e) O Episcopado teve uma atitude reservada e distante em relação à nova forma de Estado e aos diferentes partidos, adoptando um perfil baixo.
- f) Os leigos distribuíram-se por diferentes partidos políticos e sindicatos.
- g) Esses leigos, em Portugal, vinham sobretudo da escola da Acção Católica (ACP), mas não agiam em nome da ACP nem de uma sua qualquer transformação. Com a ACP, a Igreja passara a ter uma contra-elite.

Sintetizámos a atitude da Igreja na fase revolucionária. Esta atitude, porém, só é plenamente compreensível se analisarmos a não-Igreja. Os partidos políticos precisavam que a Igreja apoiasse o novo Estado, rejeitavam a via de ataques à Igreja seguida na I República e estavam por isso dispostos a reconhecer o estatuto especial da Igreja, simbolizado na manutenção da *Concordata*. Era esta a posição do PPD, do CDS e do PS. Mário Soares afirmou mesmo: «evitar a cisão entre a Igreja e o Estado ocorrida na I República» foi «uma das minhas preocupações constantes»¹². Esta vontade de acordo foi indispensável para o

NO VERÃO QUENTE DE 1975, FOI A IGREJA CATÓLICA, EM CONSONÂNCIA COM OS PARTIDOS POLÍTICOS, QUEM COMEÇOU A MOBILIZAÇÃO POPULAR CONTRA O PREC, O «PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO».

triumfo do modelo eclesial. Uma parte da esquerda revolucionária atacava a Igreja; entre as acusações, figurava a de ter colaborado com o fascismo. O PCP não se importava que atacassem mas preferia não aparecer ele próprio a atacar. A Igreja nunca escalou estes ataques pois sabia que podia contar

com o apoio daqueles partidos, que vieram a revelar-se maioritários. No Verão Quente de 1975, foi a Igreja Católica, em consonância com os partidos políticos já referidos, quem começou a mobilização popular contra o PREC, o «Processo Revolucionário em Curso».

Foi aquele o pacto fundador da nova forma de Estado e as alterações a este código genético haviam de se revelar problemáticas.

O modelo português talvez não seja um caso tão singular como possa parecer à primeira vista, nomeadamente no contexto peninsular¹³.

ESTADOS AOS QUAIS É APLICÁVEL O MODELO PORTUGUÊS

O modelo acima sintetizado permitiu a transição pacífica da ditadura do Estado Novo para a actual democracia representativa, depois de um período de passagem que terminou com a revisão constitucional de 1982.

É um modelo que contrasta com a «segunda vaga de democratização», a seguir à II Guerra Mundial, pois dispensa os partidos democratas-cristãos, a imprensa católica forte no plano nacional e as organizações económicas ligadas à Igreja, típicas da Bélgica ou da Itália. É um modelo económico e ao alcance da grande maioria das igrejas – pois tudo o que exige é a estrutura eclesiástica normal. Exige porém militantes tipo Acção Católica, capazes de agirem em meios não eclesiásticos, ou militantes com uma formação equivalente.

Dados estes méritos, o modelo é em princípio aplicável a outros países desde que as respectivas igrejas católicas locais tenham uma proporção elevada de crentes, uma boa organização e as outras igrejas sejam irrelevantes na organização política. Não consideraremos dois outros elementos estruturais do modelo português: a elite não-católica face à massa católica e a protecção da Concordata; como veremos, a maioria dos países em causa são do «Terceiro Mundo» e por isso têm elites divididas e em conflito com a massa; a protecção concordatária é hoje em larga medida dada pela comunidade internacional. Já usámos indicadores para as outras variáveis, excepto a organização; como indicador desta, tomaremos o número de católicos autodeclarados por padre; este indicador é incompleto: não tem em conta os outros «agentes de pastoral», importantes em muitos países; esquece a densidade da organização eclesiástica (número de dioceses, paróquias, associações pias) e da organização da Igreja no mundo (cooperativas, bancos, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação social); tem, contudo várias vantagens: é fiável *tantum quantum*, está disponível para quase todos os países da nossa amostra e mede um ponto central pois a Igreja, apesar das reformas do Concílio do Vaticano II, continua dependente do padre.

Este modelo, num certo sentido, tem estado a ser aplicado em diversos países pois é exigido pela força das circunstâncias. Se virmos os países nos quais mais de 90 por cento da população é católica – a proporção portuguesa –, apenas um, a Guiné Equatorial, não é livre – e há dúvida sobre se esta última e elevada percentagem não esconde fortes religiões indígenas.

Teremos por isso que aplicar o modelo baixando o grau de exigência quanto à proporção de católicos autodeclarados. Aplicaremos os critérios que usámos acima: o catolicismo tem mais de 40 por cento da população e o islão, o budismo e o hinduísmo têm

menos de cinco por cento cada. Veremos também se há igrejas protestantes. Não excluimos nenhum país pela aplicação do critério habitantes/padre embora nos pareça que ele deve ser pelo menos igual à média mundial que é de cerca de 16 mil. Aplicando estes critérios, temos cinco países não-livres nos quais a Igreja Católica tem essa posição maioritária: Angola, República do Congo (capital Brazzaville), Cuba, Guiné Equatorial e Haiti. Os dados estão sumariados na tabela seguinte, ordenada segundo o número de habitantes por padre. Como poderíamos esperar, dado que exigimos uma percentagem de católicos superior a «apenas» 40 por cento, surgem mais igrejas protestantes fortes – inexistentes no modelo português. Em Angola, Congo Brazzaville e no Haiti existem minorias protestantes significativas no plano da organização política. No Haiti, o *voudu*, praticado por cerca de metade da população, talvez seja um concorrente da Igreja em termos de influência política (a fonte do número de protestantes e de *voudus* é *The CIA World Factbook*, corrigido quando necessário pelos resultados fornecidos em <http://www.catholic-hierarchy.org/country/sc4.html>). Naqueles países, a acção da Igreja Católica seria por certo mais produtiva no contexto de um Conselho Cristão Ecuménico. Com excepção da Guiné Equatorial, são países pobres e o número de habitantes por padre ronda a média mundial. As condições são portanto inferiores às de Portugal. Contudo, dado que são economias menos desenvolvidas, devemos presumir que é maior a eficácia social da organização católica. Notamos nestes países um défice de transferência da religião para a política. Nenhum deles tem ou teve um partido democrata-cristão. O acompanhamento da vida desses países através dos meios de comunicação social não revela que a Igreja fomente ou apoie soluções para a organização política, em particular as que reforçariam a sua democraticidade.

Devemos fazer o mesmo exercício com os países em parte livres. Há 13 países nessas circunstâncias: Eslováquia, Colômbia, Paraguai, Equador, Bolívia, Timor-Leste, Venezuela, Guatemala, Gabão, Nicarágua, República Democrática do Congo, Honduras, Burundi. Os dados estão sintetizados na tabela seguinte. A Eslováquia é um país da

Tabela 1 > Países não-livres nos quais a Igreja Católica é maioritária

País	Católicos % da população	Habitantes por padre média mundial/país	PIB – <i>per capita</i> (ppc, dólares)
Guiné Equatorial	93,5	3,17	50 200
<i>Haiti</i>	81,8	1,32	1 700
<i>República do Congo</i>	56,1	1,02	1 300
<i>Angola</i>	58,9	0,82	3 200
Cuba	55,6	0,42	3 500

Fonte: Além das referidas no texto e no anexo, o número de padres foi obtido trabalhando as informações da Congregação do Clero da Santa Sé em <http://www.catholic-hierarchy.org/country/sc4.html>

Nota: Os países cujo nome é grafado em *itálico* têm uma minoria protestante superior a 15 por cento.

União Europeia o qual, aliás, em 2006 já era classificado como livre; todos os restantes são latino-americanos, excepto Timor-Leste, e três africanos: Gabão, Congo (República Democrática), Burundi. A Eslováquia volta a ser excepcional quanto à riqueza: tem um rendimento individual intermédio, ao passo que os restantes são pobres. A Igreja Católica terá condições para fazer valer as suas posições nestas organizações políticas? Tem. Com efeito, excepto no Gabão, a filiação religiosa é superior a 54 por cento – e na maior parte dos restantes países ultrapassa os 80 por cento, atingindo valores próximos dos portugueses. O número de habitantes por sacerdote é superior à média mundial, excepto nas Honduras. Tal como no grupo de países não-livres, também nesta categoria existem fortes igrejas protestantes. Gabão, Guatemala, Honduras e Nicarágua têm minorias protestantes com mais de 15 por cento da população. Nos outros países latino-americanos a força protestante talvez esteja subestimada. Uma acção da Igreja Católica em relação à organização política seria mais eficaz se fosse ecuménica. O papel político da Igreja é mais visível do que no grupo de países não-livres, acima referido. É interessante o resultado desta comparação: mais liberdade, mais acção da Igreja na organização política. É sintomático que, neste grupo dos livres em parte, a Eslováquia e todos os países latino-americanos tenham ou tenham tido partidos democratas-cristãos de matriz católica, embora apenas na Eslováquia e na Venezuela eles tenham relevância táctica. O Gabão, como os países africanos em geral, não tem nem teve partido democrata-cristão. Embora a acção da Igreja Católica em relação à organização política nestes países devesse ser melhor estudada, parece que ela é também deficitária em termos de reforço do elemento democrático.

Tabela 2 > Países em parte livres nos quais a Igreja Católica é maioritária

País	Católicos % da população	Habitantes por padre média mundial/país	PIB – <i>per capita</i> (ppp)
<u>Eslováquia</u>	74,71	7,65	16 100
<u>Colômbia</u>	90,28	2,85	7 900
<u>Paraguai</u>	85,6	2,67	4 900
<u>Equador</u>	91,88	2,23	4 300
<u>Bolívia</u>	88,97	1,96	2 900
Timor-Leste	98	1,68	400
<u>Venezuela</u>	88,6	1,57	6 100
<u>Guatemala</u>	82,14	1,38	4 700
<i>Gabão</i>	43,16	1,31	6 800
<i>Nicarágua</i>	89,12	1,19	2 900
<i>Honduras</i>	81,08	0,90	2 900

Fonte: Ver tabela anterior.

Nota: Nome do país sublinhado significa que este tem ou teve um partido democrata-cristão; italicizado, que tem uma minoria protestante superior a 15 por cento.

Até agora estudámos apenas os países onde o catolicismo é maioritário – não por um avulso sonho de cristandade mas por um metódico pressuposto de eficácia. Podemos, porém, estudar uma hipótese nova: a de acções do catolicismo em organizações políticas nas quais não é nem minoritário nem insignificante – isto é, onde tem menos de 40 por cento e mais de 20 por cento de cidadãos; e nas quais, ao mesmo tempo, o islão preenche idênticas condições. Há apenas três países nessas condições: Benim, Costa do Marfim, Tanzânia; os três são africanos, pobres; o primeiro é livre, o segundo é não-livre, o terceiro é livre em parte. Esta paucidade é devida às diferentes distribuições geográficas dos centros das duas religiões e não favorece – mas não interdita – essa hipótese de acção minoritária. Pelos mesmos motivos, há apenas dois países nos quais o islão tem mais de 40 por cento e o catolicismo mais de 20 por cento: o Líbano e o Chade. O campo de acção é também restrito.

CONCLUSÃO E PERGUNTA

A Igreja Católica, e outras por certo, contribuíram para a consolidação de uma democracia representativa. Por isso, este passado talvez possa ser transformado em norma de futuro.

A democracia ganhará em países onde a cristianização medrou mas que ainda têm estados autoritários? Enviar os missionários laicos e leigos da democracia representativa seria uma fórmula moderna do carácter apostólico da Europa e dos Estados Unidos. E enviá-los para onde a cristianização falhou, como a China e os países árabes? **RJ**

NOTAS

* Texto originalmente apresentado na edição de 2007 do Curso de Verão do IPRJ, em Óbidos, subordinado ao tema «Religião e Regimes Políticos».

1 HUNTINGTON, Samuel P. – *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press: 1991 [em particular o segundo capítulo].

2 AVILLEZ, Maria João – «Mário Soares – Ditadura e revolução». In *Público*, 1996, p. 450.

3 Na introdução à *Crítica da Filosofia Política*, de Hegel [em MARX, Karl – *Œuvres*. Ed. de Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, vol. III, 1982.

4 Ver a excelente edição WEBER, Max – *Sociologie des Religions*. Tradução e apresentação de Jean-Pierre Grossein, introdução de Jean-Claude Passeron. 2.ª ed. revista e corrigida. Paris: Gallimard, col. Tel, 2006; WEBER, Max – *Wirtschaft und Gesellschaft Grundriss der verstehenden Soziologie [1921-1925]*. Org. de Johannes Winckelmann. 5.ª ed. revista. Tübinga: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 948 pp.

5 DURKHEIM, Émile – *O Suicídio*. Tradução de Luz Cary, Margarida Garrido, e J. Vasconcelos Esteves. 6.ª ed. Lisboa: Presença, 1996.

6 MATOS, Luís Salgado de – *O Estado de Ordens*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

7 Consagramos ao tema o livro *Como Evitar Golpes Militares*, no prelo. Neste livro, não é privilegiada a dimensão religiosa. Nesta obra, mostramos que há um certo tipo de forma de Estado – o Estado tradicional contemporâneo, de que a Arábia Saudita é um exemplo – que repele os golpes militares. Vários países com aquele tipo de Estado ignoram golpes militares, o que mostra que o islão, *per se*, não é fator de golpes. Mas esta categoria não é representativa do conjunto dos países islâmicos.

8 Procurámos demonstrar esta tese num sumário interpretativo em «A Igreja na revolução em Portugal [1974-1975]». In BRITO, J. M. Brandão de – *O País em Revolução*. Círculo de Leitores e Ed. Notícias, 2001, pp. 63-131.

9 REZOLA, Maria Inácia – «Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)». In ROSAS, Fernando (org.) – *Portugal e o Estado Novo [1930-1960]*. Ed. Presença, 1992, 572 pp., vol. XII de SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*; MATOS, Luís Salgado de – *Um «Estado de Ordens» Contemporâneo – A Organização Política Portuguesa*. Tese de doutoramento. 2000.

10 MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal, 1988, 138 pp.

11 ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney – *The Civic Culture Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, Nova Jérsey: Princeton University Press, 1962, 558 pp.

12 *Ibidem*.

13 Ana Teresa Clímaco Leitão prepara no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa uma tese de doutoramento sobre as democracias-cristãs nas transições em Portugal e em Espanha.

ANEXO

Tabela 3 > Dados sobre as organizações políticas referidas

Países de maioria cristã	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
África do Sul	81,9	2,4			6,98	1	Livre	12 000
Alemanha	74,9	4,5			33,27	1	Livre	30 400
Andorra	92,5	0,7			86	1	Livre	24 000
Angola	94,3	0,9			58,93	6	Não-livre	3 200
Antigua e Barbuda	93,2	0,6			10	2	Livre	11 000
Argentina	92,1	1,9			92,22	2	Livre	13 100
Arménia	83,3	2,5			0,01	5	Em parte livre	4 500
Austrália	76,6	1,6	1,9		27,95	1	Livre	31 900
Áustria	82,3	3,0			74,41	1	Livre	32 700
Baamas (As)	91,7	0,0			13,5	1	Livre	20 200
Barbados	96,3	0,8			4	1	Livre	17 000
Bielorrússia	70,1	0,3			10,1	7	Não-livre	6 900
Bélgica	84,4	3,6			76,47	1	Livre	31 400
Belize	90,6	0,6			49,6	1	Livre	6 800
Bolívia	93,3	0,0			88,97	3	Em parte livre	2 900
Botsuana	64,1	0,3			5,06	2	Livre	10 500
Brasil	91,3	0,1			85,53	2	Livre	8 400
Burundi	92,1	1,4			62,15	5	Em parte livre	700
Cabo Verde	95,0	2,8			92,9	1	Livre	6 200
Canadá	76,9	1,7			42,03	1	Livre	34 000
Checa (República)	63,7	0,0			38,91	1	Livre	19 500
Chile	88,5	0,4			75,41	1	Livre	11 300
Chipre	93,7	1,1			1,28	1	Livre	21 500
Colômbia	96,7	0,0			90,28	4	Em parte livre	7 900
Congo (República Democrática do)	95,2	1,1			54,11	5	Em parte livre	700
Congo (República do)	89,6	1,3			56,1	6	Não-livre	1 300
Coreia do Sul	41,2	0,1	23,2		8,84	1	Livre	20 400
Costa Rica	96,4	0,0			87,11	1	Livre	11 100
Croácia	91,1	2,5			55,26	2	Livre	11 600
Cuba	54,2	0,1			55,61	7	Não-livre	3 500
Dinamarca	87,8	2,1			0,64	1	Livre	34 600

Tabela 3 > Dados sobre as organizações políticas referidas

Países de maioria cristã	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Dominica	94,6	0,1			61,4	1	Livre	5 500
Dominicana (República)	95,0	0,0			89,9	2	Livre	7 000
Equador	97,1	0,0			91,88	3	Em parte livre	4 300
El Salvador	97,4	0,0			77,72	2	Livre	4 700
Eslováquia	84,7	0,0			74,71	5	Em parte livre	16 100
Eslovénia	90,8	1,3			80,73	1	Livre	21 600
Espanha	91,3	1,0			94,07	1	Livre	25 500
Estados Unidos	84,1	1,6			22,49	1	Livre	41 800
Estónia	65,1	0,3			0,38	1	Livre	16 700
Finlândia	90,4	0,3			0,15	1	Livre	30 900
Gabão	89,4	4,6			43,16	5	Em parte livre	6 800
Grécia	92,9	4,6			1,15	1	Livre	22 200
Grenada	96,7	0,3			53	1	Livre	5 000
Guatemala	97,2	0,0			82,14	4	Em parte livre	4 700
Guiné Equatorial	88,5	4,0			93,52	7	Não-livre	50 200
Haiti	95,3	0,0			81,84	7	Não-livre	1 700
Honduras	96,7	0,1			81,08	3	Em parte livre	2 900
Hungria	87,6	0,2			63,17	1	Livre	16 300
Ilhas Marshall	96,0	0,0			8,4	1	Livre	2 300
Ilhas Salomão	95,3	0,3			16,47	3	Em parte livre	1 700
Islândia	96,3	0,1			1,67	1	Livre	35 600
Irlanda	96,3	0,5			76,23	1	Livre	41 000
Itália	82,1	1,2			97,13	1	Livre	29 200
Jamaica	84,0	0,1			2,6	2	Livre	4 400
Kiribati	94,2	0,0			52	1	Livre	800
Letónia	67,2	0,4			18,90	1	Livre	13 200
Lesoto	91,7	0,0			48,01	2	Livre	2 500
Liechtenstein	93,6	2,7			73,56	1	Livre	25 000
Lituânia	87,5	0,2			82,53	2	Livre	13 700
Luxemburgo	92,5	1,0			81,79	1	Livre	55 600
Madagáscar	50,8	1,9			27	3	Em parte livre	900

Tabela 3 > Dados sobre as organizações políticas referidas

Países de maioria cristã	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Malta	98,2	0,2			91,95	1	Livre	19 900
México	95,9	0,2			90,31	2	Livre	10 000
Micronésia (Federação dos Estados da)	93,2	0,0			50	1	Livre	3 900
Mónaco	86,4	0,5			89,11	2	Livre	27 000
Namíbia	90,9	0,4			18,35	2	Livre	7 000
Nauru	75,0	0,0			0,00	1	Livre	5 000
Nicarágua	96,2	0,0			89,12	3	Em parte livre	2 900
Noruega	94,6	1,9			1,19	1	Livre	42 300
Nova Zelândia	74,8	0,3			11,26	1	Livre	25 200
Países Baixos	70,5	4,9			31,09	1	Livre	30 500
Palau	95,2	0,0			41,6	1	Livre	5 800
Panamá	87,5	4,4			85	1	Livre	7 200
Papua Nova Guiné	94,8	0,0			29,77	3	Em parte livre	2 600
Paraguai	95,5	0,0			85,6	3	Em parte livre	4 900
Peru	96,5	0,0			89	2	Livre	5 900
Polónia	96,0	0,0			95,83	1	Livre	13 300
Portugal	92,0	0,2		0,1	93,3	1	Livre	19 300
Reino Unido	81,5	2,2		1	9,26	1	Livre	30 300
Roménia	94,0	0,7			8,41	3	Livre	8 200
St. ^o Kitts e Nevis	94,6	0,3			0,01	1	Livre	8 800
St. ^a Lúcia	95,9	0,5			67,5	1	Livre	5 400
São Vicente e as Grenadinas	88,5	1,5			13	2	Livre	2 900
Samoa	96,4	0,0			19,6	2	Livre	5 600
São Marino	91,9	0,0			90	1	Livre	34 600
São Tomé e Príncipe	95,5	0,0			87,68	2	Livre	1 200
Seicheles	96,4	0,2		2,1	85,85	3	Livre	7 800
Suazilândia	87,6	0,7			20	7	Não-livre	5 000
Suécia	67,0	2,0	0,1		1,60	1	Livre	29 800
Suíça	84,9	4,3			43,48	1	Livre	32 300
Timor-Leste	84,2	3,2			98	3	Em parte livre	400
Tonga	92,7	0,0			0,00	5	Em parte livre	2 300

Tabela 3 > Dados sobre as organizações políticas referidas (cont.)

Países de maioria cristã	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Tuvalu	89,1	0,0			0,00	1	Livre	1 100
Ucrânia	80,1	1,7			9,78	4	Em parte livre	7 200
Uruguai	64,6	0,0			67,45	1	Livre	9 600
Vanuatu	92,7	0,0			0,00	2	Livre	2 900
Venezuela	94,6	0,3			88,6	3	Em parte livre	6 100
Zâmbia	83,3	1,1		24-49	29,78	4	Em parte livre	900
Zimbabwe	68,3	0,7			10,48	7	Não-livre	2 300
Países de maioria muçulmana	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Afeganistão	0,0	97,9			0,00	5	Não-livre	800
Arábia Saudita	5,1	92,2			0,00	7	Não-livre	12 800
Argélia	0,2	96,9			0,01	6	Não-livre	7 200
Azerbaijão	2,4	87,0			0	6	Não-livre	4 800
Bangladesh	0,7	87,1		16	0,19	4	Em parte livre	2 100
Comoros	0,5	98,3			2	4	Em parte livre	600
Djibouti	1,7	96,9			1,41	5	Em parte livre	1 300
Gâmbia	4,0	86,6			2,13	4	Em parte livre	1 900
Guiné-Bissau	3,4	68,6			8,32	4	Em parte livre	800
Iémen	0,2	99,0		0,1	2,00	5	Em parte livre	900
Irão	0,6	95,8			3	6	Não-livre	8 300
Iraque	2,6	96,5			1,55	7	Não-livre	3 400
Jordânia	2,9	93,8			0,52	5	Em parte livre	4 700
Líbia	2,9	96,4			1,27	7	Não-livre	11 400
Maldivas	0,4	98,4			0,00	6	Não-livre	3 900
Mali	2,7	80,7			1,95	2	Livre	1 200
Mauritânia	0,2	99,1			0,13	6	Não-livre	2 200
Marrocos	0,4	98,6			0,07	5	Em parte livre	4 200
Níger	0,5	90,3			0,13	3	Em parte livre	900

Tabela 3 > Dados sobre as organizações políticas referidas

Países de maioria muçulmana	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Omã	2,9	89,2		25	0,00	6	Não-livre	13 200
Paquistão	2,5	95,9			0,72	6	Não-livre	2 400
Quirguizistão	6,5	65,1			0,00	6	Não-livre	2 100
Senegal	6,0	87,2			5,61	2	Livre	1 800
Somália	1,3	98,5			0,00	6	Não-livre	600
Síria	5,2	92,1			2,36	7	Não-livre	3 900
Tajiquistão	1,5	83,8			0,00	6	Não-livre	1 200
Tunísia	0,5	99,0			0,20	6	Não-livre	8 300
Turquia	0,4	97,3			0,04	3	Em parte livre	8 200
Turquemenistão	1,6	88,2			0,00	7	Não-livre	8 000
Usbequistão	1,5	76,4			0,00	7	Não-livre	1 800
Países de maioria hinduísta	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Índia	6,2	12,2		80,5	1,65	2	Livre	3 300
Nepal	3,5	4,5	4,2	10,7	0	5	Não-livre	1 400
Países de maioria budista	Cristãos %	Muçulmanos %	Budismo %	Hinduísmo %	Católicos %	Direitos Políticos	Estatuto das liberdades	PIB per capita (ppp)
Camboja	1,3	2,2	95		0,15	6	Não-livre	2 200
Japão	3,5	0,1	84		0,40	1	Livre	31 500
Laos	2,8	0,1	65		0,61	7	Não-livre	1 900
Mongólia	1,5	4,8	50		0,00	2	Livre	1 900

Nota:

Países de maioria x: mais de 40 por cento da religião x e menos de cinco por cento das outras religiões registadas no quadro (com as exceções assinaladas no texto).

Fontes:

Arquivo do autor, cobrindo os estados-membros das Nações Unidas e a Formosa (Taiwan).

População – *The CIA World Factbook*, 1976.

Cristãos % – <http://www.thearda.com/>

Muçulmanos % – <http://www.thearda.com/>; *The CIA World Factbook*, 1976.

Budismo % – *The CIA World Factbook*, 1976.

Hinduísmo % – *The CIA World Factbook*, 1976.

Católicos % – *Annuario Pontificio*; <http://www.catholic-hierarchy.org/country/sc4.html>; *The Cia World Factbook*, 1976.

Direitos Políticos – Dados de Dezembro de 2003 a Novembro de 2004, em *The Freedom House* (página na Net).

PIB per capita – Dólares americanos, dados de 2004 e 2005 em geral, em *The CIA World Factbook*, 1976.